



A HISTÓRIA POLÍTICA: DA MARGINALIZAÇÃO AO RETORNO

Flávio Benigno de Barros Freire Neto²¹

Nas últimas décadas do século XX o campo da História que se dedica ao estudo do pensamento político, da política, dos intelectuais e dos conceitos ganhou importantes contribuições que a consolidaram e renovaram no meio acadêmico. A responsabilidade da renovação desse campo tornou-se realidade a partir dos estudos desenvolvidos por três “escolas”: a Escola de Cambridge, a História dos conceitos alemã e a “Escola Francesa do Político” (CUNHA, 2018. p. 89), cabendo a nós durante esse trabalho, realizar uma revisão bibliográfica dos principais representantes de cada uma dessas escolas destacando então suas contribuições para a renovação do campo estudado. Nesse primeiro momento, para tratarmos da marginalização e do retorno da história política escolhemos três nomes essenciais para da “Escola Francesa do Político” que são: René Rémond, Jean-François Sirinelli e Roger Chartier.

Em seu livro “*Por uma história política*”, e mais especificamente no texto que o abre, “*Uma história do presente*” o historiador francês René Rémond discorre com maestria as transformações que a história do “político” e da “política” percorre durante o tempo. Inicialmente, Rémond apresenta questões cruciais como, a importância de nos situarmos no tempo, na obra e no autor que a produziu para que possamos analisar e tratar da história política de maneira mais honesta e coerente possível, possibilitando uma melhor compreensão ao que ele conceitua como “oscilações do movimento das ideias”, elemento esse, essencial para entendimento da história política. Sendo assim, ele escreve que:

²¹ Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Pernambuco – UPE e Mestrando em História pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. E-mail: flaviobfreireneto@gmail.com



“A História, cujo objeto precípua é observar as mudanças que afetam a sociedade, e que tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela própria à mudança. Existe, portanto uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflete as grandes oscilações do movimento das ideias.” (RÉMOND, 2013. p. 13)

Para o historiador francês, o curso da história no tempo movimenta-se através das curiosidades, inclinações e pressupostos que juntos formam a “ideologia dominante”. Na realização dessa tarefa, o historiador torna-se elemento crucial na concepção das ideologias políticas e no entendimento das oscilações das ideias. Com isso, frisa que “as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem” (2013. p. 13) Apesar das “modas intelectuais” que configuram o esteio de produção e orientação dos intelectuais com o tempo, é relevante assegurar, que os trabalhos elaborados não ficam presos à época de sua produção. Essas ideias atravessam o tempo e servem de fonte para a gênese de outras novas, podem também receber novos significados linguísticos e conseqüentemente novas compreensões.

A fim de compreender as mudanças linguísticas e de significados, recorreremos em um capítulo específico, às contribuições da Escola de Cambridge, particularmente as do historiador Quentin Skinner. Skinner (2000. p.150) reconhece que o historiador comprometido com os estudos da história política e dos intelectuais, tem por obrigação a familiarização com a leitura dos clássicos, os reconhecendo como “el objeto autossuficiente de investigación y compresioón”, ampliando dessa forma o campo de estudo.

A filosofia torna-se essencialmente importante nesse campo de estudo, uma vez que, os problemas mais amplos investigados por ela acabam resultando numa maior quantidade de questionamentos. O comprometimento desses historiadores contribuem para o resgate das “perguntas y respuestas intemporales” e também das “ideas universales” que permanecem na história das ideias, renovando sua realidade.

Sobre as movimentações da História, Rémond discute como a renovação da história das ideias no tempo é recepcionado em dois momentos cruciais da história mundial, onde uma significativa quantidade de conceitos foram ressignificados, inclusive a da própria História, passando a valorar seus estudos sob os novos valores científicos da época. O primeiro momento foi sugerido a partir do pós Revolução



Francesa. Já o segundo é iniciado no pós Primeira Guerra Mundial, período esse que faz-se vital para o entendimento da desvalorização que a história política é levada, uma vez que, os acontecimentos da época referida elevavam a discussão a um âmbito de especificidades econômicas e sociais, caminho esse substancialmente oposto ao da história política.

A renovação da História Política em meados do século XX se dá sobre um intenso e caloroso debate entre as diferentes gerações que se cruzam naquele momento. Existe durante o processo de reestruturação, uma radicalidade singular que marca essa operação. Para Rémond, essa rejeição ao passado, seria uma espécie de ritual que marcava de uma vez a chegada do novo, *“como se todo avanço devesse ser pago com algum abandono, duradouro ou passageiro, e o espírito só pudesse progredir rejeitando a herança da geração anterior.”* (2003, p. 13-14)

As oscilações da História apontadas por Rémond nos levam a entender que os elementos que desclassificam; “rejeitam” a história política, tornam-se mais adiante, os elementos que despertam a curiosidade, dando o “pontapé inicial” de sua renovação, e reconquistando sua relevância como campo de estudo.

“Como sempre acontece com a história, a explicação dessas oscilações está na relação entre a realidade observada e o olhar que a observa: cabe, pois, considerar alternadamente as mudanças que afetaram o político e as modificações ocorridas no espírito dos historiadores que preferiram fazer dos fenômenos políticos o objeto principal de seu estudo. É isso tanto para ontem como para hoje, para os períodos prósperos da história política como para seus tempos de desgraça e retraimento.”² (RÉMOND, 2003, p. 14)

Durante séculos, a história política e a do Estado, mantinham-se comandando a maior parte das discursões históricas, uma vez que, ocupavam em sua maioria postos de estratégicos, mantendo uma relação de poder enorme com o Estado e vice-versa. É justamente por essa estreita aproximação que acabou desfrutando de lugar privilegiado durante bom tempo, *“se refletia nesse tipo de história o brilho que emanava do Estado”* (RÉMOND, 2003, p. 15). Para exemplificar essa realidade de “ouro” da História Política, o historiador francês nos reporta ao período do Antigo



Regime onde, “*a história era naturalmente ordenada em vista a glória do soberano e a exaltação da monarquia.*” (RÉMOND, 2003.p. 15). É com a queda dos regimes monárquicos que temos o início do enfraquecimento da História Política, uma vez que, muda a sua realidade e as estruturas históricas, já que seu objeto de estudo deixa de ser o Estado e a figura do rei e volta-se para o Estado/Nação.

Essa nova realidade quebra com a hegemonia da história dos grandes acontecimentos, a era das revoluções impulsionada com a queda do Antigo Regime abre espaço para o fortalecimento do debate sobre conceitos como: democracia, lutas partidárias e ideologias políticas³. Trata-se, de um período de “*reaproximação das humanidades*” como escreve o historiador francês François Dosse (2003 p. 36) em seu livro “*A história em migalhas: dos Annales a nova história*”.

“Foi contra esse Estado de coisas, contra a hegemonia do político, herança de um longo passado, que, em nome de uma história total, uma geração se insurgiu, e fez-se uma revolução na distribuição do interesse. A renovação que há meio século marcou tão profundamente na França a disciplina histórica teve como alvo principal e primeira vítima a história política. Tudo a destinava a esse papel de inimigo sobre o qual concentrar o fogo das críticas de que toda nova escola necessita.” (DOSSE, 2003 ,p. 36)

Superada a revolução que dá fim ao Antigo Regime, o cenário pós- Primeira Guerra impulsiona o surgimento de novas ideias, a exemplo, da Escola dos Annales. A nova “escola”, articula-se naquele momento na intensão de romper sistematicamente com boa parte das estruturas estabelecidas, representadas pela história dos grandes nomes, e assim, abrir as portas para o novo. As rupturas provocadas estão ligadas ao exercício de repensar a história em múltiplos aspectos, porém, dois desses acabam por ser primordiais para a renovação proposta, como: a negação da história factual positivista e, a mudança significativa no papel do historiador.

Para os “novos” pensadores, o historiador em seu ofício deve exercer o papel de agente problematizador da história em detrimento do exercício narrativo e linear, que segundo Rémond, se aproximava mais de um trabalho literário do que com história. Reitera ainda o historiador francês, que a insistência da narrativa linear



asseverava ainda mais o cunho medíocre alcançado pela História Política. (RÉMOND, 2003. p. 17).

Mal vista, mal quista e mal olhada, a História Política é jogada à cova dos leões. Representava em si, o arquétipo de tudo que deveria ser abandonado. Aos auspícios da nova geração que ali chegava, negava-se a história tradicional, almejando sua substituição por uma visão mais profunda e adequada as verdadeiras realidades sociais, segundo Rémond. (2003. p. 16).

Diante do desencadeamento de tais mudanças provocadas pela Escola dos Annales, o destino da História Política encontrava-se numa difícil encruzilhada, pois, ao mesmo tempo, possuía nas mãos a chance de brilhar novamente, e de trilhar seu declínio como campo de estudo. A chegada dos novos objetos de estudo propostos pela nova geração de intelectuais modifica tal realidade, abrindo espaço para a modernização/reinvenção da História Política. A lacuna deixada pelo desaparecimento das monarquias seria o momento dos novos direcionamentos, porém, não é o que acontece. A figura dos reis perde espaço para os Chefes de Estado eleitos, nada havia mudado.

“Ao persistir em atribuir aos protagonistas, tão bem chamados de figuras de proa, um papel que acreditavam determinante, os paladinos da história política tardaram em fazer sua revolução: perpetuaram os reflexos adquiridos no Antigo Regime. Uma história elitista, aristocrática, condenada pelo ímpeto das massas e o advento da democracia.” (RÉMOND, 2003. p. 18)

Não há dúvidas que a história política era movida por um âmago de valores tradicionais como: a elaboração de uma história elitista e aristocrática, bem como, a resistência de atribuir valor aos “protagonistas” da História. Essa história política limitava a atuação do historiador e o guiava em direção da cegueira. “Factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência.” Sobre os historiadores que por hora ainda insistiam na história política, a “história superada”, fariam o “papel de retardatários”, estariam condenados a extinção. (RÉMOND, 2003. p. 18).

Chartier defende que o declínio acadêmico da história política estava ligado a dois fatores de ordem mais generalista. O primeiro deles estaria ligado ao fato da



história produzida ainda está ligada aos antigos objetos e metodologias, então distantes dos propostos pela Escola dos Annales. A resistência ao novo, fez com a história não se interessasse pelo estudo dos grupos coletivos, da cultura e das mentalidades. Não desligando-se da interpretação factual, justamente por ser “*um tempo de dúvidas e interrogações*” (2002.p. 08) como destaca o historiador. O segundo fator estava ligado ao crescimento vertiginoso dos historiadores e de suas publicações, causando um “duplo efeito” para a história como disciplina. (2002. p. 08).

A ainda sobre o declínio do estudo do político, o historiador Pierre Rosanvallon defende que esse abandono deu-se de maneira progressiva, concedendo aos poucos a novos lugares de interesses como: o econômico, o social e o cultural. Além disso, temos também o desenvolvimento da história das mentalidades políticas e da sociologia política, que provocam profundas e fundamentais mudanças no estudo do político. (2010. p. 10).

Ao citar o historiador e cientista político Jean Touchard, Dosse nos diz que os grandes temas dos anos 30 são os “temas anti” (2003, p. 38). e que os discursos de fixação da Escola dos Annales originam-se no que ele descreve como a oposição sistemática, na rejeição total da historiografia dominante da época, ou seja, a positivista. O Segundo traço marcante do fenômeno iniciado nos anos 30 pelos Annales foi sem dúvidas a rejeição da política, além disso, essa época propôs uma reflexão sobre o declínio, decadência e a ineficácia das ideologias. (DOSSE, 2003, p. 38-9).

Nesse âmbito, Dosse discorre que:

“O jogo político, a vida parlamentar, os partidos políticos são postos de lado por esses intelectuais. O Estado é suspeito e rejeitado como exterior à sociedade, como corpo alógeno, e suscita um fenômeno de rejeição violenta: “Sejam eles moderados, radicais, socialistas ou comunistas, todos os tenores da política, cujos nomes brilharam no sucesso das tribunas ou nas manchetes dos jornais, carregam a marca da infâmia: uma espécie de cumplicidade sórdida, de conveniência imunda, bem evidente nos corredores e nos bares.” (2003, p. 39).

Desse conflito, entre a história política tradicional que não valorizava a realidade e as novas ideias em vigor, que por sua vez, traduziam as inquietações das



grandes massas, a história passa a objetivar uma nova interpretação da História Política. Na tentativa de resgatar o tempo perdido, os intelectuais da história política, começam a demonstrar que não estavam alheios ao debate de seu tempo, seguindo adiante e impulsionando seu processo renovação e harmonização aos novos postulados e metodologias que orientavam a história da nova geração, recuperando valor seu acadêmico.

Sobre as novas orientações, discorre Rémond:

“As novas orientações da pesquisa histórica estavam em harmonia com o ambiente intelectual e político. O advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário, a difusão do socialismo dirigiam o olhar para as massas. A compaixão pelos deserdados, a solidariedade com os pequenos, a simpatia pelos “esquecidos da história” inspiravam um vivo desejo de reparar a injustiça da história para com eles e restituir-lhes o lugar que tinham direito.” (2003. p. 19)

Para Rémond, o conflito travado entre as gerações de intelectuais à respeito da história política não versava apenas sobre a oposição de pontos de vista, estando ligado, a algo de maior profundidade, o que classifica como problema de “raiz fundamental”. Essa raiz fundamental traduzir-se-ia então sobre a “natureza da realidade”, objeto crucial do conhecimento histórico. (RÉMOND, 2003. p. 19). O descrédito da história política é para Rémond (2003, p. 21), consequência de uma convergência de diversos fatores causada pela “evolução das realidades e a revolução dos espíritos”.

Logo, a realidade proposta pela nova geração estava ligada a tudo e a todo movimento que colocasse em evidência os verdadeiros protagonistas da história, o povo. O abandono do Estado como objeto principal traduz-se, no fato dele não representar o povo, exercendo o papel de “instrumento da classe dominante”. As contribuições dos estudos realizados por Marx e Freud, em suas particularidades, vieram a denunciar as atitudes excludentes do Estado, e inserindo o povo, as massas como objeto de movimentação dessa nova história, o primeiro evidenciando as lutas de classe e o segundo, ao associar os impulsos sexuais ao comportamento dos indivíduos. (RÉMOND, 2003, p.20).



Essa convergência de fatores que leva ao descrédito da história política acaba sendo no futuro, o elemento que impulsiona a retomada de seu estudo e sua ressignificação como matéria de pesquisa. Ao analisar o retorno da história política, Rémond nos indica que esse movimento torna-se notório a partir do surgimento da complexa questão da qual não detalharemos nesse trabalho, de como teria se desenvolvido a *“A vida política da França, na Alemanha Federal e na Grã Bretanha de 1945 a 1969?”*, afirmando que: *“Era sem dúvida uma das primeiras vezes que um recorte estritamente orientado para o político era elevado a tal dignidade pedagógica: uma homenagem de peso à volta às boas graças da história política.”*(2003. p. 21).

Tal questionamento, segundo Rémond, reverbera não somente sobre a retomada da história política, dando também início ao campo de estudo de elevado prestígio, o da *“História do presente”* ou *“História do Tempo Presente”*. A proposta trazida pela História do Presente seria a de reconhecer o status e rigor científico dos estudos sobre um período que ainda não caiu num passado definitivamente encerrado. (2003. p. 21) Através de seu início, a História do Presente traz consigo o que o Koselleck nos descreve como a experiência de aceleração do tempo, sendo essa, a nossa experiência cotidiana ditada por fatores como: a explosão demográfica e pelas alterações dos regimes políticos, por exemplo. (2006, p. 69).

Sendo a história um fruto de seu tempo, é importante que levemos em conta os *“modismos”* e *“tendências”*, da época, em sua maior parte conservadoras, em que os historiadores acabam por se orientar. Observada essa questão, torna-se importante durante esse processo em que os intelectuais estão repensando e quebrando os paradigmas da história política, é crucial o exercício de distinção e discussão a respeito das causas tanto que a levam ao esquecimento e as que levam seu ressurgimento. Dentro dessa perspectiva o autor nos situa da importância e da influência que os períodos de crise econômica quanto de Estado dão cabimento para as reestruturações das mais variadas ordens, sejam elas públicas, econômicas ou ideológicas.



Para além dessas reestruturações, Rémond aponta como atributo relevante no processo de reintegração da política como campo de pesquisa instigante da história é justamente “a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado” (2003, p. 26). Tal acontecimento acaba por ampliar as fronteiras que delimitam o campo do político, uma vez que, esse universo está sempre em expansão, segundo o historiador. A ampliação das fronteiras atravessadas pela história permite de forma espontânea, para o historiador, que a opinião pública retome seu papel de “cobrador” e fiscalizador do Estado, logo, a história política, passa a preocupar-se com problemas outrora nunca associados a sua responsabilidade. (RÉMOND, 2003, p. 24).

“Na verdade, ela não é mais a mesma história política, e sua transformação é um bom exemplo de como uma disciplina se renova sob a pressão externa e em função de uma reflexão crítica.” (RÉMOND, 2003, p. 23)

Ainda sobre a renovação da história política, Rémond, defende que:

“Á medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política.” (RÉMOND, 2003, p. 24)

O desencadeamento da reestruturação da história política permite que trazer para discussão histórica elementos essenciais à sua compreensão dentre eles, a atuação e a importância dos intelectuais e de suas ideias. A participação dos intelectuais sela a união entre os campos da história política e a história das ideias, ampliando então, nesse aspecto a interação com as outras ciências iniciadas pela Escola dos Annales.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade proposta pela Escola dos Annales foi primordial para o resgate da história política, uma vez que, a interação e união dessas ciências permitiam a realização de questionamentos que a história somente não seria capaz de abarcar independentemente.

Por meio do estabelecimento do diálogo entre as diferentes matérias, podemos destacar as “ciências sociais” como as de maior contribuição para a história. Através de seus questionamentos e discussões acerca do evolucionismo e da ideia de



progresso, permite que, tanto a história, quanto a historiografia tome intenso fôlego. No rol das contribuições realizadas pelas ciências sociais podemos destacar, por exemplo, a sociologia, com a escola criada por Émile Durkheim que tem como ambição segundo Dosse, unificar todas as ciências sociais através do conceito de casualidade social. (DOSSE, 2003, p. 40-1)²².

Apesar de a escola Durkheimiana refutar a contribuição de matérias como a geografia, da qual acusa de pensar de forma regionalista e individualista em detrimento de uma forma social e ampla como defendiam, foi da geografia com seu estudo humanizado da relação entre o homem e a natureza, que a história saiu dos arquivos como fonte única de pesquisa abrindo suas portas e conseqüentemente, da própria história política para pensar no tempo atual, ou seja, no presente. (DOSSE, 2003, p. 47-51).

“A outras ciências do homem em sociedade, a história política tomou de empréstimo noções e interrogações. Foi em contato com o que se chama de ciência política que ela se ingressou por fenômenos sociais que até então negligenciara [...]” (RÉMOND, 2003, p. 30)

Ainda no aspecto das renovações e interações com as outras matérias, Rémond discorre que:

“A ciência política, conjugando seus efeitos com a sociologia, obrigou o historiador a formular perguntas que renovam as perspectivas: assim, as noções de representação ou de consenso, cujo lugar é conhecido na reflexão política contemporânea, quando aplicadas a experiências antigas, lançam uma nova luz sobre acontecimentos e fenômenos cujo segredo se julgava ter descoberto e cuja significação se acreditava ter esgotado.” (2003, p. 30)

O movimento de humanização trazido pelas ciências sociais fez com que mais que outro grupo, a história política, possuísse maior atração pelos agrupamentos e associações, ou seja, pelo lado da coletividade. A partir de então, a história política, não pode mais ser ignorada. (RÉMOND, 2003, p. 25) Tudo estava ligado a política. Tudo é política. Mostrava-se então, o vigor com que a história política se articulava no meio acadêmico e também na população.

²² DOSSE, François. A História em migalhas: dos Annales à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003, p. 40-41.



Para Rémond, o nível de informação e compreensão do político sofre um grande aumento nos últimos 25 anos, justificado pela aparição de elementos como: “*o desenvolvimento de um jornalismo político próximo da ciência política, o surgimento de um gênero novo, o livro político.*” (2003, p. 25). Esse fenômeno constitui-se para o historiador como de intensa relevância, pelo fato de fazer com que os cidadãos sintam-se mais integrados ao corpo político e instigados a participar das decisões que afetam a coletividade. (2003, p. 25).

“*A história política não é mais a mesma*”, afirma Rémond. O êxito alcançando por ela, se dá em função da reflexão crítica movimentada por sua transformação/renovação, onde segundo o historiador francês, a renovação foi provocada pela rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais. (2003 .p 26.)

É no passado renegado da história política, que os intelectuais irão encontrar os fatos e espaço para sua renovação. Rémond nesse sentido, fala então sobre os precursores do redescobrimento da história política, citando nomes como Charles Seignobos, André Siegfried, François Goguel, Alain Lancelot, Albert Thibaudet, dentre outros.

É relevante estarmos atentos que as escolhas de tais nomes para ocupar o loco de “precursores da história política” justificam-se com base em dois objetivos comuns. O primeiro deles é o fato desses nomes estarem ligados aos variados segmentos de estudo das ciências sociais, ou seja, a interdisciplinaridade, sendo esta: “*o ar que ela (a história política), precisa para respirar.*” (RÉMOND, 2003. p. 29). O segundo objetivo, seria o de “fazer justiça” ao papel fundamental dos intelectuais, derrubando a visão simplista construída acerca da história política.

“Esta reunião de nomes, por mais limitada que seja, tem outro interesse: manifesta um traço característico que foi um fator decisivo da renovação da história política – a diversidade de procedências, a variedade das formações, numa palavra, a pluridisciplinaridade. Dois historiadores da academia, dois professores de direito público e dois “amadores”, um formado na escola de geografia e outro vindo da crítica de livros.” (RÉMOND, 2003. p. 29)

Vital para sua renovação, o encontro com as outras ciências refletiu-se de maneira desigual em suas contribuições para a história política como indica Rémond:



“A umas, a história política pediu emprestadas técnicas de pesquisa ou de tratamento, a outras, conceitos, um vocabulário, uma problemática.” (2003. p. 29)

Da matemática, a história política toma emprestado os procedimentos estatísticos e o raciocínio, da psicologia social, os procedimentos que permitem uma aproximação ao entendimento dos comportamentos humanos, da ciência política, herda o interesse pelo estudo dos movimentos e comportamentos sociais ligados a política.

No campo das contribuições que foram tomadas emprestadas pela história política, talvez a que mais tenha contribuído, não desmerecendo as outras, foi a da linguística, campo esse que trataremos de forma específica mais à frente deste capítulo, através das reflexões desenvolvidas pelo historiador da Escola de Cambridge, Quentin Skinner. A linguística, desperta na história política o interesse pela análise do discurso, o que por sua vez, “redobrou o interesse tradicional que os historiadores tinham pela leitura dos textos”, ofertando também, “novos métodos de tratamento e interpretação.” (RÉMOND, 2003. p. 30)

A linguística concede à história política, o acesso as peças chave para a o avanço em direção ao comprometimento com a realidade cobrada pela história em relação a interpretação dos fatos e fenômenos vivenciados. Por meio da Escola de Cambridge, a linguística permitiu de maneira especial que a história política pudesse dar um papel proeminente a contribuição dos intelectuais e assim, uma interpretação mais escrupulosa possível de suas obras.

Esse método permite-nos pensar intelectualmente as ideias e conceitos, restituindo e dando suporte as condições sociais de sua emergência, a relação entre enunciador /destinatário, como os vestígios deixados pelo sentido enunciado na longa duração até o tempo presente, resolvendo então, um dos maiores problemas atribuídos à história política: a duração dos fatos.

Sobre essas contribuições, o historiador inglês Peter Burke descreve que dos três ensaios mais duradores publicados no decorrer da década de 1960 pelos principais membros dessa “escola”: “*The History of Political Thought: A Methodological Enquiry*” de John Pocock, “*The Identity of the History of Ideas*” de John Dunn e “*Meaning and Understanding in the History of Ideas*” de Quentin



Skinner.”, foi esse último (o de Skinner) que provocou mais discussão, devido a sua maior abrangência conceitual, tornando seus objetivos precisos e específicos. (BURKE, 1992, p. 273)

Situando-se no cruzamento da filosofia, da história, da ciência política e da linguística, a Escola de Cambridge tomou caminhos contrários ao estruturalismo adotado pelos franceses, adotando então, reflexões de ordem epistemológicas, permitindo com que essa escola, inaugurasse um método para a história intelectual onde é dado um papel de extrema relevância ao contexto e a singularidade das situações históricas, renovando e aprimorando os tipos de problematizações da história.

Em seu ensaio *“Sygnificado y Comprensión em la historia de las ideas”*, Skinner irá realizar um trabalho minucioso a respeito da importância e dos cuidados metodológicos que os historiadores que trabalham com a história das ideias e da histórias ideias políticas precisam ter ao se dedicar a tal estudo, evitando que sejam induzidos as confusões como refere-se.

“El intento de ejemplificar esta afirmción debe ser necesariamente um tanto crítico y negativo. Lo emprendo aqui, sin embargo, em la creencia de que puede producir conclusiones mucho más positivas y programáticas, puesto que la natureza de la presente confusión em la historia de las ideas no senala meramente la necesidad de un enfoque alternativo, sino que también indica qué tipo de enfoque debe adoptarse obligatoriamente si se pretende evitar dichas confusiones. Creo que esse enfoque alternativo sería más satisfactorio como historia y, por outra parte, que serviría para otorgar a la historia de las ideas su propio sentido filosófico.” (SKINNER, 2000, p. 150)

Em sua visão Skinner, afirma que o historiador que se compromete com esse tipo de estudo (o da história das ideias), deve procurar o melhor meio de compreender e interpretar as obras, principalmente as clássicas. O historiador defende ainda, que obedecendo aos princípios propostos pela Escola de Cambridge poderemos chegar a uma melhor compreensão universal sobre a realidade política, identificando, por exemplo, no campo de estudo os elementos da política que são atemporais e não modificados “intemporal y perene” e também os que podem ser ressignificados com o tempo. (2000, p. 151)



A intenção de Skinner e dos outros intelectuais que formam a “Escola de Cambridge” consiste numa tentativa de revelar, trazer à tona as mudanças de intenções e convenções com o intuito de entender como incide a influência do estudo histórico atual a respeito das idéias éticas, políticas e religiosa. Discute-se também sobre uma proposta de minimizar ou retirar os vícios do historiador, a exemplo, da já discutida ideia equivocada da necessidade de colocar-se no lugar do outro para justificar sua intenção, o que por sua vez, leva o historiador ao erro, e reafirmando a hostilidade ao campo de estudo. (2000, p. 151-2)

Para o historiador francês especialista em história política e cultural do século XX Jean-François Sirinelli o estudo dos intelectuais e o retorno da história política é um fenômeno bastante recente da história, sendo iniciado no final da década de 1950 e início de 1960, sendo o segundo ainda mais tarde, ganhando força somente em meados da década de 1980.

Para Sirinelli a segunda metade da década de 1970 é um período primordial para discutirmos a saída do estudo sobre a intelectualidade do vazio em que foi jogado. Essa década segundo ele trouxe de volta o interesse para o campo da história dos intelectuais mesmo que de forma tímida quando comparadas, por exemplo, as pesquisas em história medieval de Jacques Le Goff e Bernard Guenée ou até mesmo as da história moderna de Robert Mandrou, Daniel Roche e Robert Darnton.

Nesse sentido, Sirinelli afirma que dentre todas as causas que deixaram a história dos intelectuais no “ângulo morto da pesquisa” estava muito mais ligado a falta de sensibilidade do olhar do historiador para aquele estudo, do que o descrédito propriamente dito, apresentando-se assim, uma “história nascente, mais que renascente.” (2003, p. 231)

“A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.” (SIRINELLI, 2003, p. 232).

Os motivos desse resgate estão relacionados a fatores múltiplos dos quais, o primeiro estaria ligada a própria história dos intelectuais e o segundo, ligado à



evolução do status da história política e da história recente. (SIRINELLI, 2003, p. 237)

Esses dois fatores permitiram que aos poucos a definição de um novo foco para o estudo da história política e que por sua vez, amplia-se a atinge também a história de maneira universal, passando então, a realizar uma abordagem mais voltada para coletividade e reconhecendo a relevância que a história recente havia alcançado nas últimas décadas.

Essas mudanças ampliaram o grupo dos intelectuais ao longo das décadas como aponta Sirinelli. Permitiram também um estudo aprimorado sobre a história das mentalidades como discorre Chartier, movimento esse primordial para que a historiografia francesa voltada ao estudo do político exercesse sua tomada de consciência, uma vez que:

“A atenção deslocou-se então para os objetos (os pensamentos e gestos coletivos diante da vida e da morte, as crenças e rituais, os modelos educativos, etc.) até então próprios a investigação etnológica e para novas questões, amplamente estrangeiras à história social, dedicando-se antes de tudo a hierarquizar os grupos construtivos de sociedade” (2002, p. 39)

A tomada de consciência representou para a história e para historiografia a abertura de novas práticas e domínios. Logo, seria necessária uma reformulação no interior do campo da história intelectual. Ao citar Alphonse Dupront, essa reformulação poderia ser entendida como uma “*desqualificação da maneira antiga de fazer a história das idéias.*” (CHARTIER, 2002, p. 40), para que assim, se consolidasse a renovação do estudo do político, derrubando a hostilidade construída ao longo das décadas a respeito desse campo de estudo como afirma Burke. (1992, p. 279)

Bibliografia

BURKE, Peter. **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CHARTIER, Roger. **A Beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.



CUNHA, Diogo. **Os conceitos de democracia e revolução no pensamento autoritário de direita entre a ditadura do Estado Novo e o fim do regime militar**. Revista Política Hoje – Volume 27, Edição Especial, 2018.

DOSSE, François. **A História em migalhas: dos Annales à Nova História**. Bauru: EDUSC, 2003.

GOMES, Ângela de Castro e HANSEN, Patrícia (org.). **Os Intelectuais mediadores**. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **O futuro passado dos tempos modernos**. In: Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: EdPUC-Rio, 2006.

RÉMOND, René. “Uma história presente”. In: ____ (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**, São Paulo, Alameda, 2010.

SKINNER, Quentin. **Significado y comprensión en la historia de las ideas**. Prismas: revista de historia intelectual, n.4, 2000.

SIRINELLI, Jean-François. “**Os intelectuais**”. In RÉMOND, René. (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. J. G. A. Pocock; Sérgio Miceli Pocock (org.) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.